

Austeridade e dependência no capitalismo contemporâneo

Daniel Senna Dias¹

Resumo: A hipótese a ser defendida neste trabalho consiste no possível nexos teórico entre a política econômica de austeridade e a dependência, quando a acentuação do regime econômico de cunho austero tende a acentuar o par categorial: transferência de valor e superexploração da força de trabalho. Tal fato faz com que a austeridade econômica na periferia-dependente cumpra uma funcionalidade diferente quando comparado aos centros imperialistas. Diferentemente das visões predominantes no debate acerca da política econômica da austeridade, a proposta de pesquisa do presente trabalho é de trazer novos determinantes que possam oferecer, a luz da lei do valor de Marx e dos marxistas, acerca do debate da austeridade e do porquê que nas economias dependentes esse regime econômico é diferente. Para tal tarefa, contamos com revisão bibliográfica sobre política econômica em si, numa perspectiva da economia política crítica. Posteriormente, fazer uma caracterização do capitalismo contemporâneo, no qual consideramos neoliberal-financeirizado, em que reabilita a austeridade como elemento estrutural ao capitalismo. No fim, nosso objetivo é demonstrar o nexos teórico entre austeridade e dependência.

Palavras chaves: Austeridade; capitalismo Contemporâneo; Teoria Marxista da Dependência

Introdução

O objetivo geral do trabalho é indicar a diferença que cumpre a austeridade na política econômica nos países imperialistas e naqueles chamados pela teoria marxista da dependência (TMD, a partir de então) dependentes. Para tal tarefa, vamos utilizar de uma revisão teórica à guisa de uma perspectiva histórica acerca da centralidade da “categoria”² de estratégia de desenvolvimento capitalista para nossa fundamentação. Para nós, a hipótese a ser defendida é que a austeridade é estrutural ao capitalismo, mas também se manifesta com finalidades diferentes na periferia dependente e a estratégia de desenvolvimento capitalista está simbioticamente interligada com os condicionantes estruturais da dependência: transferência de valor e superexploração da força de trabalho.

A austeridade é comumente tratada nos manuais de economia do *mainstream* ou até nas discussões dentro do campo da heterodoxia como uma escolha de qual seria o melhor instrumento a ser utilizado pelo Estado capitalista para viabilizar a acumulação de capital. Tanto a ortodoxia quanto a heterodoxia da economia limitam-se a descrever a austeridade sem se questionar quais seriam os seus determinantes, além do mais, o que é a austeridade de fato e como ela se apresentou no decorrer da história do capitalismo na fase descrita por Lênin (2021) “imperialismo, o estágio superior do capitalismo”. Ou seja, qual seria a “obrigação ontológica” da austeridade com o capital e por que ela se apresenta como parte estruturante do capitalismo?

¹ Doutorando no programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ). Professor substituto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Instituto Multidisciplinar (UFRRJ-IM).

² Vamos nomear de categoria, como referência ao tratamento dado por Carcanholo (2008) ao descrever as estratégias de desenvolvimento na América Latina durante o neoliberalismo de 1990 e o neodesenvolvimentismo da década 2000, assim por trabalharmos denominamos de categoria pois existe uma dialética entre essência e a aparência de nosso objeto de estudo, como o expediente descrito por n'Capital de Marx (2017).

A austeridade é um pilar fundamental na história do capitalismo, desde a consolidação do mercado mundial e do sistema monetário internacional em fins do século XIX. Sua funcionalidade se dá em um plano econômico, quando ela garante o aumento da massa de mais-valor ao pressionar para desvalorização do valor da força de trabalho; e em um plano político, quando este regime econômico-político enfraquece a luta política dos trabalhadores ao retirar gastos do governo em assistências sociais dentre outras políticas que visem o bem-estar da maior parte da classe trabalhadora. Os conhecidos na literatura econômica de “trinta anos gloriosos” do capitalismo (1945-1975) correspondem a uma excepcionalidade histórica que demonstra que o capitalismo em seu processo de acumulação pode assumir estratégias de desenvolvimento diante de conjunturas adversas, contudo a austeridade como seu elemento constituinte continua a existir. Logo, assim que os entraves à valorização do capital do pós-guerra findam, dando lugar a uma nova configuração da economia mundial, a austeridade retorna sob novos ditames.

Na periferia dependente, o fim do sistema Bretton após a crise de 1970 gerou uma transformação na sua condição de dependente. Se o capitalismo mudou, a dependência como par dialético do imperialismo também precisa mudar para atender às novas necessidades da acumulação capitalista. A austeridade entra neste momento como um instrumento de política econômica a ser utilizado pelo Estado dependente para conformar a subordinação desses países e intensificar a superexploração da força de trabalho. Neste sentido, apesar de incidir sobre a exploração, assim como acontece nos centros imperialistas, a especificidade da periferia-dependente encontra-se na própria natureza *sui generis* do capitalismo latino-americano.

Basicamente, nesta primeira etapa da pesquisa a metodologia empregada foi fazer uma revisão bibliográfica baseada no material ao alcance para realização do trabalho, com foco na literatura crítica dentro do campo marxista, buscando articular a bibliografia escolhida para o processo de escrita, desenvolvimento e articulação dos argumentos. Com isso, na primeira seção apresentamos nosso objeto de estudo teoria e historicamente; na segunda, caracterizamos o capitalismo contemporâneo e o papel da austeridade na nova etapa; por fim, fazemos a análise do regime austero na periferia e procuramos demonstrar os elementos que fazem da política uma finalidade diferente que nos centros.

1 A austeridade como estrutural ao capitalismo

Diferentemente do que algumas correntes, tanto da heterodoxia quanto da ortodoxia do pensamento econômico³, podem contribuir para o tema, para nós a política econômica é resultado de um diagnóstico seguido de uma prática política a ser executada pelo Estado capitalista tendo em vista

³ Não é nosso objetivo o aprofundamento do tema acerca da história do pensamento econômico (HPE), apenas estamos nos situando no debate. Uma leitura recomendada para HPE contemporânea pode ser encontrada em Hunt (2013).

uma determinada finalidade. Em acordo com Lichtensztein (1997), essa finalidade é implicitamente ou explicitamente proteger, assegurar e consolidar uma hegemonia e estrutura de poder. Para nós, vamos considerar essa finalidade, bem como o domínio do Estado capitalista pelo bloco de poder dominante (seja por coerção e consenso), como pressupostos; e nos baseamos que o objetivo final, o que seria a finalidade última da política econômica, nesse caso austera, é a exploração sobre a força de trabalho.

O modo pelo qual o debate da austeridade é colocado em livros-manuais⁴ de economia mais descrevem o tipo de política econômica e seus resultados do que afirmam sua verdadeira definição, sem entrar em questões como política, economia e outros. Isso faz com que haja um apartamento da economia sobre a política, assim não poderiam ser diferentes devido o histórico do pensamento neoclássico (até mesmo de alguns teóricos considerados do campo da heterodoxia) de “negação” da política, quando na realidade existe a hegemonia de um pensamento único, uma ideologia única e burguesa que visa a dominação de classe, no plano político e a obtenção de lucros no plano econômico⁵.

Ainda de acordo com Lichtenstein (1997), cada política econômica possui um campo de atuação e um instrumento. Logo a política econômica pode ser separada em: a política monetária que visa o controle da taxa de juros; a fiscal cuida do orçamento público e dos impostos; a de comércio estabelece barreiras alfandegárias e controle do câmbio; adicionaremos a industrial abarca a política salarial que está relacionada ao preço da força de trabalho quando o Estado estabelece o salário mínimo, por exemplo, e a política industrial propriamente dita que possui relação com estímulo ao investimento privado (que de certa forma é a política fiscal pois são medidas de controle do orçamento). O ponto ao qual queremos chegar é que, em última instância, a opção pela austeridade se coloca como uma necessidade ao capital para pressionar o valor da força de trabalho para baixo, como se fosse uma “obrigação ontológica”, um instrumento utilizado pelo Estado para viabilizar a acumulação.

Então, em nossa definição, a austeridade é um dos meios pelos quais o Estado capitalista permite, viabiliza e sustenta a dominação do capital sobre o trabalho para obtenção de mais-valor. A centralidade do trabalho nessa questão diz respeito à própria concepção dos textos “*econômico e filosóficos*” de Marx (2012) para reprodução das condições para vida humana, o trabalho possui uma

⁴ Froyen (2006); Mankiw (2010); dentre outros.

⁵ Essa tese também é defendida por Mattei (2023) em seu livro “A ordem do capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo”. Mesmo considerando a importância de seu livro e sua contribuição em meio ao debate tão dominado pela ortodoxia, quando não limitado a simples manejo de política econômica, precisamos ressaltar algumas imprecisões de sua tese, principalmente no que se refere a confusão de algumas categorias do Capital e sua aproximação com uma visão de conflito de classes (típico do pensamento “neoricardiano”). Esse argumento será mais explorado no final da seção.

primazia sobre as demais categorias. Não é que a política não seja considerada, porém, existe uma primazia do trabalho como, para usar os termos de Lukács (2011) um pôr teleológico sobre os demais complexos. Logo, o fato que foge da discussão heterodoxa *versus* ortodoxa, dentro de uma perspectiva da crítica da economia política da austeridade, resgatamos a centralidade da categoria de trabalho no capitalismo para a compreensão para a definição do que é nosso objeto.

Levantada a tese de que a austeridade possui um vínculo com a exploração da FT e a obtenção do mais-valor, passamos para uma reflexão a guisa de uma exposição histórica, de modo a expressar como essa categoria é estrutural ao capitalismo e pode apresentar determinada forma histórica. Vamos considerar como essa categoria surgiu e como se colocou como estrutural para consolidar as relações hierárquicas estabelecidas entre centro e periferia do mundo em fins do século XIX e início do século XX, época em que Lênin caracterizou cunhou o imperialismo como estágio superior do capitalismo desde então. O nascimento do capitalismo industrial, juntamente com a consolidação do mercado mundial sob bases plenamente capitalistas exigiu um sistema monetário internacional em consonância com os interesses da Grã-Bretanha. A Inglaterra, mais especificamente, era o centro hegemônico do capitalismo no final do século XIX e início do XX, sendo responsável pela conversão Libra-ouro e pela manutenção do comércio internacional (EICHENGREEN, 1992).

A reflexão inicial para nossa linha argumentativa a respeito do vínculo estrutural da austeridade com o capitalismo começa com a problemática acerca da manutenção de um sistema monetária internacional, no qual o mercado mundial em fins do século XIX já estava em bases plenamente capitalistas e prescindia de um sistema monetário unificado. O comando deste sistema ficou a cargo na economia britânica, o Banco Central inglês praticamente detinha o controle sobre o fluxo monetário, ao passo em que era responsável pela conversibilidade da Libra em ouro. Logo, a austeridade, ou seja, o ajuste econômico não só na economia britânica, mas também em todos os países inseridos nesse novo mercado mundial deveria seguir um receituário econômico na agenda de governos de forma a garantir a conversibilidade da Libra em ouro. A consolidação do capitalismo industrial em fins do século XIX, sob a fase do capital monopolista descrita por Lênin (2021), levou ao estabelecimento da austeridade como um imperativo da política econômica mundial (EICHENGREEN, 1992).

A centralidade da austeridade consiste no fato de que o ajuste econômico, a partir deste momento, é crucial para a estabilidade do comércio internacional. Passou-se a existir uma cooperação entre as economias envolvidas no comércio externo para equilibrar as balanças de pagamentos, evidentemente a economia britânica era a maior beneficiada e assim precisava ser, pois, por ser o centro do capitalismo, o Banco Central inglês precisava manter suas reservas de ouro para garantir a conversibilidade da Libra. A economia mundial dependia do desempenho da economia britânica, na

medida em que a Libra era uma representante da “reserva de valor” que era o ouro. A austeridade no regime econômico foi vista como o ajuste imprescindível para a conversibilidade, a conversibilidade da moeda em ouro manteria o mercado mundial⁶.

De acordo com Eichengreen (1992), o Banco Central inglês cobrava uma rigorosa política econômica para sustentar o padrão de acumulação global. Nesse sentido, o sistema do padrão ouro-Libra prescindia das relações de comércio, que implicava numa cooperação internacional entre economias nacionais inseridas no mercado mundial, num sistema de “dupla partida”. Quer dizer, o padrão ouro dependia do comércio internacional para manter as reservas de ouro. Por outro lado, o caráter fundamental do mercado mundial é a sua integração desigual e combinada, isso também pode ser estendido para a funcionalidade da austeridade no âmbito da atuação econômica, no sentido que, se partimos da concepção de imperialismo descrita por Lênin⁷ de “desenvolvimento desigual e combinado” serve também para afirmarmos que a austeridade econômica também era desigual e combinada, os diversos bancos centrais precisavam de uma auto-cooperação para sobrevivência do próprio capitalismo. Evidentemente que essa cooperação não era justa e igualitária, pelo contrário, era hierárquica, e necessariamente os países periféricos transferiram seu ouro (via preços ou outros meios da balança de pagamentos), deixando sua balança de pagamentos rotineiramente deficitária, o que inclusive denota desde o surgimento do capitalismo a vulnerabilidade externa na periferia⁸.

A cooperação internacional era um elemento essencial dentro da dinâmica do sistema monetário internacional antes das duas guerras mundiais, a austeridade entre países centrais -leia-se países cujo o alto desenvolvimento das forças produtivas concedeu uma posição hierárquica superior no mercado mundial, enquanto países periféricos, cuja fragilidade no desenvolvimento capitalista são aqueles com uma posição subordinada às nações centrais - era um elemento estabilizador da economia mundial. No argumento de Eichengreen (1992) podemos inferir, a rigorosidade na condução da política econômica nos centros tinha por objetivo a estabilidade do padrão ouro clássico (padrão libra-ouro), mais que isso a solvência do banco central inglês era necessária para a viabilidade da acumulação de capital a nível do mercado mundial.

A partir do período do início da primeira guerra, o período entre guerras e posteriormente como o surgimento dos regimes fascistas na Europa ou a intensificação do “*braço*” coercitivo do

⁶Ibidem, p.71

⁷Mais especificamente em “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, quando o autor afirmou que o imperialismo seria forma pela qual o capitalismo chegou em uma determinada etapa chamada pelo autor de fase monopolista que conseqüentemente ocasionou uma intensa disputa entre economias centrais (economias onde o avanço das forças produtivas sob bases plenamente capitalistas se deu de maneira mais avançada, em comparação com outras economias retardárias que se situavam na condição de periféricas-dependentes).

⁸Não vamos adiantar o tema da próxima seção que irá tratar especificamente das análises do capitalismo periférico, as causas e implicações das relações de poder engendradas no mercado mundial, tendo como foco nosso objeto de estudo que é a austeridade do regime econômico.

Estado em algumas democracias burguesas, como defende Mattei (2023) em sua tese ao analisar os casos do surgimento de regimes fascistas e papel dos economistas nesse acontecimento. A austeridade tal qual conhecemos atualmente começou durante as conferências de Bruxelas (1920) e Gênova (1922), quando instituíram a austeridade como programa de governo para restabelecer a ordem do capital liderada por economistas tecnocratas a serviço do bloco no poder.

Neste ponto da história, a forma histórica da austeridade assumiu, diante da conjuntura de acirramento de classe, seu caráter, não somente econômico, mas político também. Segundo a autora, a austeridade seria produto do acirramento de classes oriundos do capitalismo liberal do “pré-guerra”, quando a insatisfação e acirramento de classe, com a culminação na primeira guerra mundial, as classes dominadas começaram um movimento de questionamento e de conflito de classe que se acirrou. Foi neste momento da história em que surgiram, no caso de estudo da autora na Grã-Bretanha e Itália, formas de organização da classe trabalhadora autônomas, como, por exemplo cooperativas e unidade de classe de enfrentamento a coerção do Estado no período do entre guerras. Ainda nessa linha argumentativa, as duas conferências citadas, comandadas por economistas-tecnocratas em serviço das classes dominantes, após o resultado da primeira guerra, a implantação da austeridade seria uma maneira de, em primeiro lugar, no plano político, controlar via coerção e consenso as massas insatisfeitas com o capitalismo liberal desde do antes da guerra; em segundo lugar, num plano econômico, garantir as taxas de lucro da burguesia, uma vez que o sistema capitalista no entre guerras estava perto de um colapso com a iminência de uma grande crise 1929.

Não caberia fazer uma discussão detalhada acerca de nossas discordâncias com a autora com relação ao papel da austeridade. Pois na visão dela:

A austeridade como a conhecemos hoje surgiu após a primeira guerra mundial enquanto método para prevenir o colapso do capitalismo: economistas em cargos políticos usaram de alavancas políticas estratégicas para fazer que todas as classes se voltassem mais à produção privada, capitalista, mesmo quando, mesmo quando essas mudanças correspondiam a profundos (e involuntários) sacrifícios pessoais. No início da década de 1920, a austeridade funcionou como uma poderosa contraofensiva às greves e a outras formas de conflito social que explodiram em uma escala sem precedentes depois da guerra, período tradicional e estranhamente negligenciado por políticos especialistas em economia que estudam a austeridade. O momento da invenção da austeridade reflete suas motivações animadoras. Mais importante que a pretensa eficácia econômica da austeridade foi sua capacidade de salvaguardar as relações capitalistas de produção em um período de organização social e agitação pública sem precedentes por parte das classes trabalhadoras” (MATTEI, 2023, p.20-21)

No trecho retirado de seu livro recente, Mattei (2023) defende a tese de que o surgimento da austeridade seria um elemento de contratendência da queda da taxa de lucro, o que não se verifica em momentos históricos posteriores que mais indicam essa categoria como um elemento estrutural ao capital sobretudo no capitalismo industrial da era dos grandes monopólios. Contudo, de fato, como

constatado pela autora, no período do entre guerras houve um refinamento, no sentido de houve uma elaboração mais eficaz diante do colapso do capitalismo em meio a duas grandes guerras durante as duas conferências de Gênova (1920) e Bruxelas (1922). Isso porque a classe trabalhadora italiana e britânica conseguiu barganhar diante os Estados europeus citados algumas conquistas, além de questionarem o modo de produção com outras formas de produção alternativas ao que se vinha desenvolvendo na grande indústria, tal acontecimento ficou conhecido como “*biênio vermelho*”. Porém, logo depois a situação sofreu uma reviravolta culminando numa contraofensiva do capital com as duas conferências.

Em um segundo plano, mais econômico, a política econômica serviu para assegurar a lucratividade, aqui reside uma imprecisão, do nosso ponto de vista, pois se estamos no âmbito ainda da exploração da força de trabalho, ou seja, da produção do mais-valor, ainda não adentramos na esfera da apropriação de mais-valor. Em outras palavras, mesmo que o mais-valor e lucro sejam o mesmo elemento em Marx, estão em níveis de abstração diferentes: o lucro é o desdobramento dialético do mais-valor feitas as devidas mediações do livro I d’Capital para a seção II do livro III da mesma obra. Esse detalhe pode dar a entender ao leitor que a disputa pela política é uma questão de redistribuição de renda, uma fração de classe que se apropria mais ou menos da parcela do lucro total, visão estranha a Marx. A implicação dessa imprecisão fica mais nítido quando a autora completa em uma de suas conclusões a respeito do que viria a ser o capitalismo do pós- segunda guerra, seguem suas palavras:

A austeridade, como é conhecida hoje, foi fruto da crise- não apenas da crise econômica, mas da crise do capitalismo como sistema socioeconômico. Os capítulos anteriores mostraram que, depois da guerra, pela primeira vez, a contestação dos pilares da acumulação capitalista tornou-se um fenômeno de massa. As classes trabalhadoras adquiriram um senso de direito e protagonizaram a cena política. Na mente das pessoas, a propriedade privada dos meios de produção e as relações assalariadas já não eram dados naturais e indiscutíveis. (MATTEI, 2023, p. 224)

Para Mattei, o capitalismo do pós-guerra em alguma medida teve inspiração no momento do entre guerras, quando as classes dominadas conseguiram aumentar seu poder de barganha. Em parte, o conflito de classes daquele período teve influência na configuração capitalista, contudo, e essa tese também é compartilhada por Tooze (2014), as transformações do capitalismo do pós-guerra foram consequência de uma mudança na dinâmica de acumulação capitalista que incorporou essa parcela da classe trabalhadora não mais como uma simples mercadoria força de trabalho, mas também como potenciais consumidores, pelo menos no centro do mundo imperialista⁹.

⁹ Importante frisar que esse movimento ocorreu apenas no centro do capitalismo, principalmente nos países da Europa ocidental.

Apesar de parecer um detalhe, isso joga luz sobre os novos rumos da estratégia de desenvolvimento capitalista. Quando no período do pós-guerra, a acumulação de capital diante da nova conjuntura de surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e devastação do continente europeu e do Japão, insatisfação com capitalismo liberalizante do pré-guerra impuseram uma nova forma histórica sobre a política econômica em que austeridade precisava ser flexibilizada em prol de assegurar a acumulação capitalista.

Em resumo, a austeridade é necessária ao capitalismo, tanto no âmbito político, quanto na esfera da produção do mais-valor. Assim sendo, como um instrumento do bloco no poder para potencializar a exploração, a austeridade é elemento estrutural e pode apresentar formas históricas a depender da configuração e dinâmica capitalista de cada quadra histórica, o que não a faz como um fator que precisa estar presente na história do capital. Como veremos, os anos subsequentes ao pós-guerra fez com que o capital se muda sua estratégia de desenvolvimento e desse a possibilidade histórica de uma excepcionalidade, no que ficou conhecido na literatura econômica como os “trinta anos gloriosos do capitalismo”.

2 Aspectos teóricos e históricos do capitalismo contemporâneo

Nesta segunda seção buscamos demonstrar a estratégia de desenvolvimento capitalista e como que a austeridade, apesar de um elemento estrutural, durante o pós- segunda guerra foi “relaxada”, porém, com a crise estrutural de 1960-1970 houve uma retomada do regime sob o que veio a se chamar de capitalismo neoliberal-financeirizado. A hipótese a ser defendida é a de que o fiscalismo do tipo keynesiano constituiu uma excepcionalidade histórica, somente possível para evitar o colapso do capitalismo diante da nova configuração do mercado mundial.

O marco das relações capitalistas se deu, nas palavras de Callinicos (2005, p.35) “um mundo politicamente bipolar, mas economicamente multipolar”, ou seja, a presença do bloco soviético fazendo frente à hegemonia estadunidense ocasionou uma corrida armamentista nunca vista, ao passo que as relações comerciais entre os países se intensificaram, até mesmo em países que fizeram suas revoluções internas de inspiração socialista, como é o caso da China. A reconstituição do mercado mundial era uma urgência para o capitalismo e assim foi empreendida pelos Estados Unidos. Os planos estadunidenses consistiam em um fluxo extenso de investimento diretamente na Europa e Japão, enquanto fortaleceria o vínculo com as economias dependentes, porém estas últimas seriam via acúmulo de dívidas com setor bancário privado ou via investimento estrangeiro direto dos centros (GASPAR, 2015). No âmbito do Estado, no mundo-imperialista tivemos o Estado de Bem-Estar social, marcado pelo pacto entre capital e trabalho; enquanto na periferia se teve a industrialização induzida pelo Estado. Por fim, o ponto central a ser realçar da reestruturação do capitalismo do pós-

guerra foi o tratado de Bretton Woods, quando os Estados passaram a deter a moeda mundial com a paridade dólar-ouro.

O historiador Eric Hobsbawm (1995) descreveu a “Era de ouro” no seguinte trecho:

A maioria dos seres humanos atua como historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência. Durante os anos 50, sobretudo nos países “desenvolvidos” cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançaram os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o *slogan* “Você nunca esteve tão bem”, uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande *boom*, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores – sobretudo, para início de conversa, os economistas – começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passará por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: ‘os trinta anos gloriosos’ dos franceses (*les trente glorieuses*), a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos (MARGLIN & SCHOR, 1990). O dourado fugiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise (HOBSBAWM, 1995, p. 253)

No que concerne ao surgimento do paradigma keynesiano, isso apenas foi possível devido a uma série de conjunturas históricas que levaram o capital a fazer uma série de concessões ao trabalho, em um grande pacto social que resultou em um aumento da produção, ao passo que também se teve um aumento do salário real (pelo menos nos centros imperialistas). Tudo mediado pelo Estado, o período também registrou grande fluxo no comércio mundial e crescimento da economia mundial, tudo assentado no sistema monetário firmado do pós-guerra: o acordo Bretton Woods. O sistema de Bretton Woods foi um acordo entre países do bloco capitalista em torno da transferência do controle do sistema monetário, antes Libra-ouro, agora para paridade dólar-ouro. Peter Gowan (1999) defende a tese de que o havia uma necessidade resgatar o sistema monetário implodido com a crise de 1929 e com a II guerra mundial, a Grã-Bretanha não poderia mais ser a detentora da hegemonia global, caberia aos Estados Unidos tomar seu lugar ao instituir o padrão Dólar-ouro¹⁰.

O tema central desse debate, ao que nos concerne, é: o dólar passou a ser a moeda mundial, sob tutela de organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), junto com isso a hegemonia estadunidense. A partir do alinhamento político dessas organizações com os EUA possibilitou a reconstrução do bloco capitalista das principais economias imperialistas arrasadas pela grande guerra e o endividamento de países periféricos. A política econômica é expressão da dominação estadunidense sobre o mundo. Apesar de Keynes ter perdido o

¹⁰ Cardim de Carvalho (2004) argumenta que o momento histórico foi marcado pelo embate de Keynes, representando a Inglaterra e, White, representando os Estados Unidos. A proposta estadunidense acabou vencedora e deu origem não somente à dominância do dólar, mas a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI). “A conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, buscou estabelecer um sistema de pagamentos internacionais alternativo ao padrão-ouro, visto como muito rígido e deflacionário, e às desvalorizações cambiais competitivas praticadas em períodos de instabilidade, como a Grande Depressão dos anos 1930. Dois planos principais foram ali examinados: o inglês, proposto por John M. Keynes, e o norte-americano, proposto por Harry D. White.” (CARDIM DE CARVALHO, 2004, p. 51).

debate na Conferência de Bretton Woods, o paradigma keynesiano predominou a agenda de governos, sobretudo dos EUA. Os Estados Unidos se viram obrigados a reconstruir a economia mundial, isso significava investir nas economias centrais, Alemanha e Japão devastadas pela guerra, mesmo que esses países tivessem sido seus inimigos durante a guerra. Isso se justifica porque a existência de um bloco socialista em constante tensão com a grande potência capitalista obrigou-a a ajudar seus antigos inimigos (Gowan, 1999).

O plano Marshall entrou em curso por uma série de políticas, desde políticas de tecnologia até políticas de investimento e transferência unilateral. Este plano teve implicações, de maneira positiva para os EUA que é o “reerguimento” das economias devastadas e fortalecimento do bloco capitalista, sob o esquema estadunidense na geopolítica mundial. No referente ao lado negativo do plano: o aumento da concorrência entre as potências capitalistas com o reaparecimento dos capitais alemão e japonês no mercado mundial. Além desses, toda a Europa ocidental se reconstrói e se inserem na economia mundial em paridade de concorrência em termos tecnológicos em relação aos EUA. O resultado disso é que essa concorrência no plano internacional vai trazer problemas ao balanço de pagamentos estadunidense. Depois, com a crise estrutural de 1960-1970, houve transformações na conjuntura do pós-guerra, como o fim da União das repúblicas socialistas soviéticas (URSS), fatos políticos (por exemplo, choques do petróleo), intensificação de conflitos sociais e movimentos separatistas no terceiro mundo dentre outros; além da revolução nas tecnologias de informação que foi um elemento que ajudou na possibilidade de reversão da tendência da queda da taxa de lucro. O impacto da terceira revolução industrial se deu tanto na esfera produtiva, quanto, principalmente na esfera financeira. Tal fato, abriu caminho para uma nova modalidade de acumulação de capital marcada pela predominância do capital portador de juros (CPJ)¹¹, em sua forma mais mistificada, o capital fictício, sobre a acumulação do capital industrial¹².

Os elementos históricos para o aparecimento do protagonismo do capital fictício aconteceram durante os desdobramentos da acumulação do pós-guerra. O alto fluxo de dinheiro em circulação no mercado mundial injetado pela economia estadunidense através de planos de

¹¹ Dentro da literatura marxista, essa tese é uma das mais convencionais, apesar de não estar no escopo deste trabalho uma discussão aprofundada sobre o que seria essa predominância, nos deteremos a noção de que não existe uma dicotomia entre capital produtivo e capital fictício, mas sim uma relação simbiótica entre eles, onde todos saem ganhando. Recomendamos a leitura de Nakatani e Marques (2020).

¹² O termo “industrial” utilizado aqui contém o mesmo sentido de Marx (2017) no Livro II do Capital. Neste caso, capital industrial é o termo designado para tratar do ciclo do capital total: capital dinheiro- capital produtivo-capital mercadoria. O capital portador de juros é, no livro III do mesmo livro, é um desdobramento da forma autonomizada do capital mercadoria- dinheiro, sendo o capital fictício o seu desdobramento último, quando o capital se valoriza por si só. Para um exemplo prático com fins de compreensão, o mercado de derivativos seria uma modalidade de especulação sob a lógica do capital fictício, quando um papel que representa um ativo de uma empresa se valoriza através das negociações em bolsas e mercados acionários, o papel que esse ativo tem sobre a produção está, nas aparências dos fenômenos, desvinculado. Em outras palavras, é o dinheiro que se valoriza por si só, sem precisar passar pelo processo produtivo ($D < D'$).

reconstrução das economias devastadas, como foi o plano Marshall, deixou uma gama de dinheiro em potencial para ser investida ociosa. Tal fato, gerou um processo de desenvolvimento do setor financeiro como as, primeiramente, *city londrina*, e, posteriormente replicada pelo mercado de petrodólares (PAULANI, 2012). Essa massa de capital especulativo de natureza fictícia saiu do controle do Banco Central estadunidense. Por outro lado, se formos analisar o movimento do setor produtivo, as economias antes devastadas, como a alemã e a japonesa, estavam em curso uma a construção de uma nova divisão internacional do trabalho sob o *modus operandi* das chamadas atualmente de Cadeias Globais de Valor (CGV). Consequentemente, os elementos para a crise estavam postos, o crescimento exacerbado da esfera financeira e fictícia que foi resultado do próprio processo de desenvolvimento do capital e a intensificação da concorrência intercapitalista entre 1960 e seu estopim em 1970 eram práticas que indicavam uma nova fase no mundo.

Esse conjunto de práticas oriundas do surgimento de uma nova dinâmica capitalista em meio a crise estrutural precisou de um substrato teórico para essa nova *práxis*¹³ do capital frente a queda da taxa de lucro. A ideologia, isso está na “*ideologia alemã*” do Marx (1998) é vista como uma inversão entre a produção e reprodução da vida humana. A realidade aparece mistificada como se primeiro surgisse a ideologia e depois a prática, quando desmistificado essa lógica, esse conjunto de práticas que marcaram essas duas décadas de crise do capital e fizeram com que emergisse uma nova fase ao capitalismo: a etapa neoliberal.

A guinada para um novo modo de acumulação baseado na lógica financeira-fictícia prescinde da *práxis* corroborada por um aparato ideológico: o neoliberalismo. Esse termo neoliberalismo pode ser discutido sob múltiplas vertentes teóricas e sob inúmeros objetos de estudo, afinal essa é a ideologia, não apenas uma ideia, mas uma prática que sociabilidade humana vai reproduzir, que marcou o capitalismo contemporâneo. Então, a estratégia de desenvolvimento capitalista a partir da crise estrutural de 1970 teve como substrato ideológico a todas as suas mudanças o neoliberalismo. O ponto central do debate que queremos focar para reabilitar a questão da austeridade é: no neoliberalismo há uma centralidade do capital fictício sobre a acumulação, isso faz com que os Estados nacionais reabilitem a austeridade para viabilizar a acumulação nesta lógica.

Brevemente, podemos citar as mudanças oriundas do esgotamento dos anos “gloriosos” seriam: o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho sob o *modus operandi* das cadeias globais de valor; a hipertrofia do setor financeiro causada pelo avanço tecnológico; desregulamentação de leis e direitos trabalhistas; fragilização dos sindicatos; desmonte do Estado de

¹³O conceito de *práxis* política vem de uma noção gramsciana da junção da prática e teoria, neste caso revolucionária para o autor italiano. O termo utilizado por nós é reverso é a junção da prática e teoria do capital em um reacionarismo.

Bem-estar social¹⁴; desregulamentação financeira; privatizações; abertura de contas financeiras; dentre outras. De acordo com Harvey (2008), o autor denominou de regime de acumulação flexível¹⁵ a inauguração da nova etapa histórica com a implementação de todos esses elementos, pois a partir de então o capital não teria mais entraves para sua valorização. Os Estados, portanto, teriam que criar as condições necessárias para a livre mobilidade e liberdade para valorização do capital e liberdade para o capital significaria necessariamente maior exploração sobre o trabalhador. Inclusive, a título de ilustração, o próprio advento da China, tão debatido atualmente, como uma potência capitalista vem por meio de sua inserção nesse novo *modus operandi* da DIT¹⁶, por exemplo.

Por isso, Harvey (2006) chamou de flexível essa nova modalidade de acumulação de capital. E não somente por esse motivo relacionado às inovações tecnológicas pelo lado da produção; mas também porque influenciou positivamente a esfera financeira, isso se justifica porque o capital pode diminuir o tempo de rotação do capital, portanto, como está assinalado no livro II em sua segunda seção, ao valorizar-se em menor tempo de rotação o capital consegue auferir maior taxa de mais-valor. Em outras palavras, dentro desse processo de complexificação/desenvolvimento do capitalismo o capital portador de juros, em sua forma mais mistificada, assim chamado capital fictício, passou a ganhar cada vez mais protagonismo ao ponto de assumir a predominância de sua lógica sobre todo ciclo de acumulação de capital industrial. Todo esse debate desemboca na discussão de financeirização, que basicamente, apesar de não ser nosso objeto de estudo, busca compreender essa hipertrofia do “capital financeiro”¹⁷.

Esse sobredimensionamento do setor financeiro e fictício é comumente tratado na literatura como de financeirização, incluso no debate intenso no marxismo¹⁸. O capital fictício é o capital que, diferentemente de seu par, o capital portador de juros, na aparência dos fenômenos, não possui qualquer ligação com a produção. Na superficialidade do processo, enquanto o ciclo “normal” do capital se dá D-M-D’ (onde D’ é mais dinheiro), em sua lógica do D’ é, como se fosse o capital que se valoriza por si só, sem precisar passar pela produção. Isso ocorre apenas na aparência, porque na

¹⁴ Pelo menos onde esses Estados existiriam de fato, como na Europa ocidental, sobretudo em países como Noruega e Dinamarca; e o restante dos países centrais em alguma medida.

¹⁵ “Regime de acumulação” é um conceito utilizado pela escola francesa da regulação para indicar uma série de padrões ao qual o capital reproduz em determinado período histórico, que inclui um padrão na política econômica. Mesmo não estando no escopo da escola da regulação, as ideias trazidas por Harvey (2008) neste livro nos ajudam a caracterizar o que foi o surgimento do capitalismo pós-1970.

¹⁶ Essa não é uma afirmação ao “léu”, o próprio Gowan (1999), em alguma medida, Panitch e Leyes (2004) e Panitch e Gindin (2012), afirmam a soberania dos Estados Unidos como grande líder da economia mundial capitalista por conta do seu monopólio sob o dólar. Isso é primordial em um capitalismo financeirizado.

¹⁷ As aspas aqui se justificam pelo fato de comumente o termo capital financeiro é utilizado para descrever esse fenômeno atual, sendo que primeiramente ele foi utilizado por Hilferding (1984) para descrever o processo de integração do capital bancário e capital industrial na Alemanha antes da primeira guerra.

¹⁸ Podemos indicar alguns: Chesnais (2003; 2016); Braga (1985); Fine (2013); Lapavistas (2009;2011); Paulani (2012); Amaral (2012); Carcanholo (2015); Nakatani e Marques (2020); Sabadini (2015) e outros.

relação dialética entre essência e aparência, como os desdobramentos históricos demonstram o desenvolvimento do setor financeiro veio conjugado, não por acaso com a nova divisão internacional do trabalho.

Sucintamente, ao caracterizar o capitalismo como neoliberal estamos embarcando todo esse processo de desenvolvimento do capitalismo até a centralidade do capital fictício. Assim, com o fim do sistema Bretton Woods, e adoção do câmbio flexível, os Estados Unidos se colocam no centro da economia mundial pois este país é único no mundo capaz de controlar a taxa de juros internacional, colocando-o sob uma posição hegemônica e superior sobre todas as demais moedas (Gowa, 1999).

Podemos nesse ponto reabilitar a discussão sobre a austeridade sob a luz dos novos determinantes que compõem o capitalismo contemporâneo. Retornando ao Harvey (2006), os deslocamentos espaço-temporais¹⁹ reforçam a valorização fictícia. São esses que se dão via intermédio de instituições financeiras que possuem o mecanismo de viabilizar as operações de crédito, assim as tornando pouco instáveis individualmente, até porque não interessa às instituições financeiras intermediadoras que haja perdas. Então, esses esquemas de diluição de risco vão envolver investidores especulativos na operação e representam mecanismos evidentes da valorização fictícia, conseqüentemente, há uma criação de uma instabilidade sistêmica cada vez maior. Esses deslocamentos feitos pelo capital fictício (intertemporais) geram problemas, a principal: ao se mover dessa forma, o capital deixa rastros dificilmente recuperáveis, este é caso, por exemplo, das crises especulativas como as que houve em 1997 no leste asiático e se expandindo para toda a periferia, como também a crise do subprime (esta dita como a maior crise desde 1929, sua origem reside na especulação financeira).

No que concerne ao rearranjo da política econômica, financeirização se organiza via adoção de uma cartilha neoliberal. Isso é verídico com a necessidade da sustentação da estabilidade monetária, muito enfatizada pelo *mainstream* do novo consenso macroeconômico. Na prática isso leva a taxa de juros mais elevadas, o que vai chamar necessariamente diversos desdobramentos do ponto de vista produtivo e fiscal, o que vai levar a necessidade de cumprir com superávit primário dentre outros pré-requisitos. O porquê de tudo isso representa uma espécie de explicitação da capacidade de solvência, quanto mais solvente, mais aquele país é “seguro para investir”. Assim, um país que tem baixa capacidade de atrair capital externo é uma economia com baixa capacidade de solvência. Logo, para resolver esse problema, ao obter altos superávits primários, manter contas

¹⁹ Basicamente são a velocidade de informações oriunda das revoluções na tecnologia de informação em 1960, que possibilitou uma maior velocidade de informações. Fato que impactou o processo de desenvolvimento do mercado financeiro.

externas elevadas, uma alta relação reservas internacionais em relação ao produto interno bruto, estabilizar a inflação, manter as taxas de juros atrativas que paguem um diferencial de juros lucrativas frente aos diferenciais dos juros internacionais, manter uma taxa de câmbio estável, tudo isso passa a ser condição imprescindível para que o deslocamento de capitais sobreacumulados se concretize.

Por fim, os famosos dez pontos do consenso de Washington: disciplina fiscal; responsabilidade nos gastos públicos; reforma tributária de maneira a onerar o capital; taxas de juros sem intervenção determinadas pelos agentes de mercado; taxa de câmbio flutuantes; livre comércio, isso significa a abertura das economias sem barreiras tarifárias; liberalização do investimento estrangeiro, ou seja, abertura da conta financeira; privatizações; o mínimo possível de regulação por parte do Estado para a concorrência entre capitais estrangeiros e internos; por último, o Estado precisa assegurar a propriedade privada²⁰ consolidam a retomada da austeridade e suas consequências sobre o mundo periférico-dependente veremos a seguir.

3 A Teoria marxista da dependência e a austeridade econômica

Seguindo os escritos de Marini, um dos autores clássicos da TMD juntamente com Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, o autor brasileiro comumente discorre acerca de políticas econômicas. Uma das obras que podemos ressaltar é “*O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*”²¹, quando ele descreve o emblemático momento na história chilena que culminou no fatídico golpe liderado pelo general Pinochet. Neste texto²², é nítido a articulação e leitura da conjuntura econômica desde os níveis mais concretos em si, que seriam as oscilações constantes diante da disputa de classes do tipo de política utilizada, até níveis categorias mais abstratas e articulando-se desde a política econômica com a acumulação de capital em um momento de intensa luta de classes.

Esses estudos, por exemplo, mostram o potencial teórico e prático que a TMD pode ter ao mediar as categorias tal qual descritas por Marx n’*Capital* e o nível mais concreto, como das políticas econômicas. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva, em seu texto célebre “*Dialética da dependência*” de 1973, base para esse trabalho, as categorias encontram-se em um nível intermediário de abstração, ou seja, entre a acumulação de capital a nível mundial (mais abstrato) e as próprias formações econômico sociais²³ (mais concreto). A rigorosidade em seus trabalhos é traço zelado pelo

²⁰ Uma Leitura crítica a respeito do tema pode ser encontrada em Baruco (2005).

²¹ Publicado recentemente em língua portuguesa pela editora expressão popular em 2019.

²² Na realidade são um conjunto de estudos por Marini (2019) durante e depois sua estadia no Chile e sua militância no movimento de esquerda revolucionário (MIR). O livro reúne uma coletânea de textos que não se circunscrevem apenas a economia, mas uma dimensão de vários acontecimentos na sociedade chilena que nos fazem refletir o processo contrarrevolucionário em quase toda a América do sul e a nova etapa da dependência com a crise do capital de 1970.

²³ Por formações econômico-sociais podemos compreender como unidades territoriais que compartilham a mesma cultura, economia, política etc. Basicamente seria os países (OSORIO, 2012b).

autor brasileiro, ao mesmo tempo em que ele não procura interpretar a realidade latino-americana sem dogmatismos ou ecletismos. Esse trecho do prefácio do “*dialética da dependência*” resume muito bem a ideia de método:

Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isso tem ocorrido, sobretudo, no campo da história Econômica. O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação. (MARINI, 1973, s.p)

Neste trecho Marini (1973) deixou evidente que sua obra obedece a um método de análise que recai em um dogmatismo e nem em um ecletismo com as categorias marxianas. Assim sendo, do ponto de vista categorial d’Capital, a TMD aparece como um arsenal teórico mais apropriado para compreender a região da América Latina a partir da crítica da economia política. No que diz respeito ao nosso objeto, mesmo estando em um nível de análise mais concreto, no plano das políticas econômicas, este possui uma relação simbiótica com a dependência de maneira a reforçá-la. Como afirmamos anteriormente, a austeridade cumpre uma funcionalidade diferente aos centros, porém a base sobre qual ela recai, sua finalidade última continua a mesma: a exploração sobre a força de trabalho. O que nos diferencia do centro é o modo como o capitalismo aqui é desenvolvido, quando surge condicionantes estruturais que fazem da economia dependente distinta, portanto, a austeridade possui um papel de reforçar esses dois condicionantes da condição dependente: o par categorial²⁴ transferência de valor e superexploração da força de trabalho.

Marini (1973) buscou explicar a partir da crítica da economia política a condição comumente denominada na literatura econômica de “subdesenvolvimento” da CEPAL²⁵. A situação de

²⁴ A palavra “par categorial” para se referir a relação dialética entre a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho foi primeiramente utilizada por Amaral (2018). Em concordância com a autora acrescentaríamos uma explicação a mais a essa terminologia, o capital em Marx consiste na realidade num livro púnico, apesar de dividido em três tomos, nele o autor trata desde o capítulo primeiro do livro I até o último capítulo do livro III da relação dialética entre as categorias em vários níveis de abstração. O Livro I, em especial, considera o interior do processo produtivo onde o capital, seu objeto de estudo, é criado, ali é essência da categoria. No decorrer dos livros II e III o autor desce os níveis gradualmente de abstração para tratar da relação dialética entre a essência (produção do mais valor) até a aparência (a apropriação em forma de lucro). Então, para nós, “par dialético” seria no mesmo sentido em que Marx trata suas categorias n’Capital: uma relação dialética de uma mesma categoria. Aqui a dependência em sua vertente marxista é fundada pela relação do par categorial, em outras palavras, da relação dialética, entre transferência de valor e superexploração da força de trabalho.

²⁵ Comissão de Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

subdesenvolvimento na visão de Marini (1973; 1992) não era vista como uma etapa anterior ao do desenvolvimento, mas sim uma contraface do desenvolvimento nos centros. Assim como na fórmula de Frank²⁶ (1978) “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”, os receituários de políticas econômicas da CEPAL²⁷ não levariam a superação da condição subordinada dessas economias ao mercado mundial. Isso porque a teoria da dependência é imbricada com a teoria de imperialismo, tal qual formulada por Lênin (2021), de maneira que, no âmbito do mercado mundial, existe uma hierarquia de poder, com um mundo separado entre países imperialistas (centros) e dependentes. Onde os países dependentes são estruturalmente e sistematicamente subtraídos de seu excedente econômico por conta desse vínculo desigual e combinado do capitalismo desde finais do século XIX²⁸.

Enquanto a teoria do imperialismo se concentra em explicar a forma pela qual o mercado mundial alçou para etapa dos capitais monopolistas, com grande concorrência entre nações centrais²⁹ e posteriormente as formas pela qual o capitalismo se expressou ao decorrer do século XX em diante. A teoria da dependência é sua interface do ponto de vista da periferia, essa teoria está preocupada em investigar as consequências dessa hierarquia no âmbito mundial sobre a perspectiva dos países dependentes. Por conseguinte, em sua versão marxista³⁰ evidentemente, ela é centrada em analisar os desdobramentos internos sob o desenvolvimento capitalista na região latino-americana.

Antes de tudo, precisamos caracterizar o que estamos chamando de dependência. Na América Latina, segundo Marini (2005a), existe um tipo de capitalismo único, consequência desta subordinação. Tal fato fez criar condicionantes estruturais que regem a região. Portanto, precisamos fazer a explanação de três categorias: a de dependência, e a do “par categorial” transferência de valor

²⁶ Frank não pertencia a vertente marxista da teoria da dependência, contudo foi uma influência muito importante para Dos Santos, Bamberger e Marini em seus tempos para elaboração de seus estudos.

²⁷ O Mais conhecido e o pioneiro foi o texto-manifesto de Prebisch de 1950 “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas*” de 1949. Quando o autor cepalino descreveu uma série de diagnósticos e recomendações para as economias latino-americanas. Apesar assumirmos uma posição crítica, assim como Marini reconheceu (1992) a CEPAL como todo neste período era uma escola de pensamento genuinamente latino-americana, inclusive, a dependência nasceu como a partir de uma crítica as tentativas da CEPAL de superação da da condição dependente. Logo, embora críticos, é necessário reconhecer a originalidade da antiga CEPAL.

²⁸ Não existe um consenso exato a respeito da origem da categoria de dependência poder ser considerada na fase anterior ao capitalismo dos monopólios descritos por Lênin em “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Para todos os fins seguimos a interpretação de Marini no “*dialética da dependência*”, quando o autor considera o marco da dependência a partir da integração com mercado mundial na fase monopolista.

²⁹ Por país central neste texto, estamos nos referindo ao conjunto de países cujo as forças produtivas em bases plenamente capitalistas avançadas foram mais rápidas do que em comparação com o restante do mundo. Assim, como a tendência do capitalismo é conquistar ao seu jugo cada vez mais espaços para a valorização do capital, a corrida por conquista por novos territórios foi um traço caracterizado por teóricos do imperialismo. No nosso caso, quando nos referimos ao termo estamos dentro da perspectiva leninista de imperialismo.

³⁰ Existem outras teorias da dependência, como a mais difundida no Brasil a de Fernando Henrique Cardoso (1970). Em nosso juízo, a teoria que melhor explica a realidade latino-americana, sob o ponto de vista, da emancipação humana do capital, seguindo a rigorosidade de Marx (2017) n’Capital (livro I, II e III) é a Teoria marxista da dependência.

e superexploração da força de trabalho. Como dito, a teoria da dependência é herdeira da teoria do imperialismo de Lênin, assim Marini compreende sua categoria, como:

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005a, p. 134-135).

O “grande lance” da TMD está em compreender o subdesenvolvimento não como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como uma outra face da mesma moeda. Em outras palavras, somos subdesenvolvidos para o centro-imperialista ser desenvolvido. Aqui vale a máxima do autor, que não faz parte da TMD, mas foi um grande influenciador sobre os autores clássicos dessa vertente, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, formulação escrita por André Gunder Frank (1970). A dependência é regida por dois condicionantes estruturais e que podem assumir formas históricas a depender da etapa do capitalismo.

A transferência de valor é oriunda da dinâmica da concorrência de capitais a nível mundial e significa dizer que existe uma distribuição desigual da taxa média de lucro entre países. Os capitais mais produtivos localizados nos centros imperialistas tendem a capturar maiores parcelas de mais-valia da massa social criada em forma de lucro, enquanto capitais, em média, menos produtivos, tendem a se contentar com uma menor parcela. Esse condicionante acontece especificamente no âmbito da circulação do mercado mundial e a decorrência disso se dá sobre uma sistemática e estrutural subtração da acumulação de capital na periferia-dependente.

No “*dialética da dependência*” Marini (2005a) trata de desvendar o segredo da troca desigual³¹ entre nações. Para tal o autor brasileiro usa o expediente descrito na seção II do livro III d’*Capital de Marx* (2017), mesmo que o autor alemão não estivesse se referindo ao mercado mundial em sua exposição e nem utilizou a palavra “transferência de valor”, Marx argumentou que capitais menos produtivos tendem a perder/ceder parte do mais valor gerado para capitais mais produtivos, essa seria uma condição essencial na concorrência capitalista uma vez que isso geraria lucros extraordinários. Marini transporta essa discussão para o mercado mundial, porém feita as mediações históricas e localizada a discussão rigorosamente, essa seria a primeira forma de TV, pelos capitais da periferia, em média de seus setores possuem baixa produtividade e serem intensivos em trabalho,

³¹ A “troca desigual” é uma temática central no debate de meados da década de 1950 na escola de pensamento latino-americana: comissão econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). As escolas da dependência de maneira nascem como uma crítica a ideia cepalina de industrialização, pois, segundo a CEPAL, para superar os problemas relacionados a troca desigual seria necessária uma forte intervenção do Estado em favor de uma industrialização, enquanto as escolas da dependência se opunham a essa ideia. No que nos concerne, a TMD formula sua crítica a partir do vínculo subordinado das nações periféricas dentro da dinâmica imperialista.

estes precisam produzir uma massa muito mais elevada pois ao chegarem ao mercado mundial suas mercadorias possuem um baixo valor e sofrerão com essa transferência. Segundo Carcanholo (2013) é necessário separar o segundo ponto em dois níveis de abstração; o segundo corresponderia a perda de valor diante dos desníveis de produtividade em capitais na média dos setores; o terceiro, que também de certa forma está contido no primeiro, mas em nível concreto de análise, diz respeito ao estágio de monopólios nos quais capitais possuem o poder de manipular o preço de mercado, o “mais concreto aqui” se justifica pelo fato de lidarmos com preços de mercado e não preços de produção como o anterior, isso na teoria marxiana significa uma concretude de análise maior

Por existir essa apropriação do excedente criado na periferia por países mais desenvolvidos, as economias chamadas de “subdesenvolvidas” precisam de mecanismo de compensação, não na esfera da circulação, pois essas relações já estão consolidadas, restando apenas uma compensação interna, no âmbito da produção. Aqui entra a categoria correlata a anterior: a superexploração, esta existe em consequência da outra (CARCANHOLO, 2013). Marini (2005b, p. 189) entende essa categoria, como:

A superexploração é mais bem definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real

Em resumidas palavras, a categoria de superexploração é central para compreender a realidade latino-americana, uma vez que o trabalhador na região não é visto pelo capital como um consumidor, apenas como uma mercadoria força de trabalho que pode ser superexplorada³² ao ponto de não se reproduzir como tal. Um adendo, isso não quer dizer que no capitalismo dependente não exista a modalidade de mais-valor relativo³³, até porque Marini (2005a) elenca três maneiras de se obter a superexploração e dentre elas está uma modalidade mais-valor relativo, são elas: remuneração abaixo de seu valor; prolongamento da jornada de trabalho (essas duas se configurariam como obtenção de mais-absoluto³⁴; a terceira é a intensificação da exploração da força de trabalho durante o processo

³² Uma atenção aqui, os parênteses se justificam pelo fato de que em Marini existe uma imprecisão com relação a categoria trabalho e força de trabalho. Trabalho na literatura marxiana é mais amplo e pode significar a capacidade do ser humano tem de gasto física e mental para transformar a natureza (Marx, 2017). Enquanto força de trabalho é a mercadoria que o trabalhador possui e que a vendem aos donos dos meios de produção para trabalhar e receber um salário de subsistência, o restante do tempo de contrato estabelecido, excedente do tempo de trabalho é apropriado e, assim, é gerado o mais-valor.

³³ Mais-valor relativo diz respeito a modalidade de extração de mais-valor ocasionada pelo avanço tecnológico (MARX, 2017)

³⁴ A definição de mais-valor absoluto em Marx diz respeito a modalidade de exploração sem a necessidade de um avanço tecnológico e mais focado na intensificação do trabalho não pago no decorrer do processo produtivo, porém tal modalidade possui uma limitação física e temporal, uma vez que um dia possui vinte e quatro horas e o trabalhador necessariamente precisa parar e retornar no dia seguinte ao seu posto de trabalho.

produtivo (essa está relacionada a modalidade mais-valor relativo). Autores contemporâneos, como Luce (2018), consideram uma última forma histórica de extração da superexploração: o valor histórico moral da mercadoria força de trabalho, nesse argumento a categoria superexploração toma uma proporção que pode ser definida historicamente. Fato é que a superexploração consiste na transferência do fundo de consumo, portanto do fundo de vida do trabalhador ao capital e, assim, para acumulação. A superexploração é chave para compreensão da realidade latino-americana por esses motivos, diferentemente dos centros a dinâmica de desenvolvimento dessas economias se dá via o consumo da vida humana ao ponto em que esses trabalhadores não conseguem se repôr como força de trabalho como acontece nos centros.

Podemos situar o papel da austeridade na dependência a partir da atuação do Estado dependente. O Estado dependente, segundo Osorio (2019) possui duas funcionalidades perante o bloco no poder: o de assegurar a subordinação desses países na dinâmica imperialista, por conseguinte, garantir a transferência de valor; em segundo garantir que ocorra a superexploração da força de trabalho. Assim, o Estado é acionado para garantir que a acumulação não seja interrompida, políticas expansivas, sobretudo políticas que visem o bem-estar da população e garantia do funcionamento dos bens públicos (educação pública, saúde pública, previdência pública etc.) e gratuitos são cada vez mais sucateados, quando não extintos; também atua na desregulamentação de direitos trabalhistas e no enfraquecimento de sindicatos; privatizações; ou seja, o Estado deve atuar de maneira a garantir a intensificação da superexploração. No que concerne ao investimento público, o Estado fica coagido a não investir, isso é muito importante porque somado ao enfraquecimento das leis trabalhistas e sindicatos, o ato de não investir tem por prioridade colocar o capital privado na dinâmica do investimento, assim sendo este consegue gerenciar o exército industrial de reserva; isso, também é um potencializador da exploração, que na periferia, apresenta-se como uma espécie “gatilho” para o controle dos salários.

Vamos usar o exemplo do Brasil como extensão para a América Latina, a década de 1980 é considerada pela literatura como uma década perdida, pois era um período de transição de um tipo de padrão de reprodução do capital³⁵ industrializante, quando as políticas expansivas do Estado tinham

³⁵ Essa categoria foi primeiramente cunhada por Marini ao descrever como método o tipo de ciclo do capital dependente. Posteriormente foi aperfeiçoada por Osorio (2012a, p- 40-41) e pode ser compreendida por: A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem de suas esferas da produção e circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específico (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram. A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou históricos-concretos (formações econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios.

por finalidade atender às necessidades daquele momento histórico; com a guinada neoliberal de 1990, o capitalismo retorna a sua vocação para austeridade, assim foi empreendido uma série de reformas institucionais, abertura comercial, abertura de conta financeira sem restrições eficazes contra-ataques especulativos, o Estado é instrumentalizado para alavancar a transferência de valor. Em 1990 temos a quase totalidade da adoção do consenso de Washington pois na nova quadra histórica a austeridade pregada naquele encontro previa novas formas de transferência de valor via política econômica como uma facilitadora.

O movimento que parece contraditório na história da América Latina é surgimento da “onda progressista” ou onda rosa, quando diante da insatisfação popular com os governos neoliberais que praticamente tomaram conta da região com suas políticas neoliberais desastrosas (Santos, 2018). O surgimento desses governos, alguns com perfil de enfrentar a dominação imperialista, como foi o caso de Venezuela, Bolívia e equador e outros mais brandos como a Argentina e o Brasil, foi uma saída estratégica para o capital para continuar seu desenvolvimento, portanto, a dependência, porém com políticas de conciliação de classes em um momento da economia mundial em que se permitia essa exceção histórica. Novamente, as políticas econômicas tomadas durante esse período fugiram em algumas ocasiões do que esperaria do neoliberalismo da década de 1990, cedendo lugar para um novo-desenvolvimentismo³⁶. Isso não anula o fato de a austeridade ser estrutural, pelo contrário, é intrínseco na história do desenvolvimento capitalista a adoção desse tipo de política contrária ao regime austero; Carcanholo (2008) completa dizendo que o neoliberalismo não pode ser confundido com a ortodoxia do pensamento econômico, a prova histórica está nesta exposição, o capital em sua busca pela valorização pode sem problemas utilizar de políticas heterodoxas, desde que os rumos da acumulação continuem.

Por fim, a dinâmica interna do desenvolvimento econômico caminha para fortalecimento da subordinação, portanto, de resguardar a transferência de valor entre periferia-dependente e centro-imperialista, por outro lado o mesmo Estado precisa atuar de maneira a assegurar que fluxo interno de acumulação não seja interrompido, através de políticas econômicas que visem o fortalecimento deste último condicionante estrutural citado. Desenvolvimento econômico, em Marx³⁷ e não poderia ser diferente para a TMD, significa a criação de uma minoria política que comanda o bloco no poder³⁸ detentora de uma riqueza opulenta em contraposição de uma maioria dominada em situação de pobreza persistente. Em outras palavras, desenvolver o capitalismo com todo o seu aparato econômico

³⁶ Apesar do nome remeter ao desenvolvimentismo da CEPAL, em pouco guarda relação com o que era defendido pelos cepalinos da primeira geração. Uma leitura recomendável seria Sampaio jr (2012)

³⁷ Essa referência pode ser muito bem descrita na seção VII do livro I d' Capital de Marx (2017)

³⁸ Bloco no poder aqui no sentido de Poulantzas (1978). Dada as frações de classe descritas por Marx (2017) no final do livro III, autor grego a partir disso postula que a classe dominante, a burguesia, é formada em um bloco cujo a finalidade é a dominação, seja pela correção ou consenso (sentido gramsciano), sobre as classes dominadas.

é o mesmo de acentuar suas contradições de classe. Assim, não seria diferente em concluir que o manejo da política nas formações econômicas dependentes sirva para reafirmar o imperialismo, e, portanto, a dependência.

Considerações finais

Logo, a austeridade é por essência a forma pela qual o capital através dos instrumentos de política econômica do Estado capitalista utilizados pelo bloco de poder hegemônico aufere uma maior taxa de mais-valor. Isso se dá mediante o deslocamento da agenda de prioridades dos gastos do Estado em favor da classe trabalhadora para a acumulação de capital. Assim não poderia ser diferente pois essa é em essência a prioridade do Estado capitalista, a relação do regime austero com a acumulação incide exatamente nesse objetivo final: aumentar a massa de mais-valor. Por isso, ao analisarmos a consolidação do mercado mundial e do sistema financeiro internacional em fins do século XIX e início do XX, vemos a austeridade nascer como uma “prioridade ontológica”, vemos como parte constituinte do capitalismo liberalizante daquela época.

Posteriormente, esse tipo de política econômica teve de ser flexibilizado tendo em vista a conjuntura adversa ao capital e, principalmente, a mudança do eixo dinâmico de acumulação onde o trabalhador nos centros passou a participar de um grande pacto de classes, cujo propósito era a sustentação do capitalismo ou seu colapso. O fim dessa conjuntura significou o final das amarras do capital sobre o trabalho, o fim do Estado de Bem-Estar social sob o paradigma keynesiano e o triunfo do bloco capitalista. Neste ponto da história, superado a crise de 1960-1970, a hegemonia neoliberal sob o jugo do capital fictício repôs a agenda da austeridade para viabilidade da valorização do capital industrial sob a lógica fictícia.

No capitalismo contemporâneo, podemos, sucintamente, defini-lo como a fase pela qual a predominância da lógica financeira e fictícia rege a vida humana. No que concerne à política econômica, o Estado precisa intervir de maneira a garantir os ganhos fictícios do capital fictício, que nessa etapa assumiu o controle da acumulação capitalista dentro de um processo de desenvolvimento capitalista, onde todo o ciclo do capital industrial como um todo também ganha. Assim sendo, a política econômica deve preconizar a livre movimentação do capital e O Estado, ao contrário da máxima neoliberal de “*Estado mínimo*”, o Estado é máximo ao capital e mínimo ao trabalho; isso inclui a diminuição com gastos sociais, medidas que visem o pleno emprego, investimento público dentre outras medidas que caracterizaram a antiga fase.

Para terminar, a austeridade tende a acentuar o par categorial: transferência de valor e superexploração da força de trabalho através do Estado dependente. Na atual quadra histórica, isso significa que foram implementadas uma série de medidas e reformas nos países dependentes que,

através, da austeridade visassem o acúmulo do capital fictício, tais como: privatizações, abertura quase sem restrições ao capital estrangeiro, desregulamentação do mundo trabalho; e a mais recente institucionalização de um teto de gastos na economia brasileira, tal fato representa um ataque a classe trabalhadora. O advento de governos novo-desenvolvimentistas nada mais foram do que uma “fuga de rota” do capitalismo latino-americano quando houve uma onda de intensificação da luta de classes na região, contudo o conteúdo neoliberal continuou. Terminada a “*onda rosa*” cerca de 2016, se formos levar consideração a conjuntura brasileira, retornamos ao aprofundamento da agenda neoliberal dessa sob uma economia mundial em crise, quando a necessidade de acumulação continua impetuosa e a superexploração retorna juntamente com a austeridade.

Referencial

AMARAL, M. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. 2018. v. 1 n. 1 (2018): **Anais** do Encontro Internacional e Nacional de Política Social.

AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização** necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

BARUCO, G. **Do consenso Keynesiano ao pós-consenso de Washington**. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2005.

BRAGA S. J. C. 1985. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo**. Tese de Doutorado em Economia, Instituto de Economia da Unicamp, São Paulo.

CALLINICOS, A. **Marxism and imperialism today**. International Socialism Journal n.50. Cambridge: Polity, 1991.

CARCANHOLO, M. D. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: Una interpretación desde Marx**. Madri: Maia, 2017a.

CARCANHOLO, M. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, M. D. (Im)Precisões sobre a Categoria Superexploração da Força de Trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O Capital Especulativo Parasitário uma Precisão Teórica Sobre o Capital financeiro, Característico da Globalização. In: GOMES, HELDER. **Especulação e Lucros Fictícios**: Formas parasitárias da acumulação contemporânea. Helder Gomes (Organizador). 1-ed. P. 55, São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, F. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. Al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CARDIM DE CARVALHO, F. **Bretton Woods aos 60 anos**. Novos estudos. Número 70. novembro, 2004.

EICHENBAUM, M., EVANS, C. **Some empirical evidence on the effects of monetary policy shocks on exchange rates**. New York: NBER, 1992

FINE, B. 2013-14. **Financialization from a Marxist Perspective**. International Journal of Political Economy, vol. 42, no. 4, Winter 2013–14, pp. 47–66

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 253.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**; [tradução de André Arruda Villela]. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. **Research on money and finance**, Londres, n. 10, may 2009.

LAPAVITSAS, C. “Theorising Financialisation”. In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n.4, p. 618, dez, 2011.

LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LICHTENSZTEJN, S. “Enfoque y categoría de la política económica.” In: ALVAREZ, R. M. M.; MARTINELLI, J. M.; LARIOS, G. (orgs). **Antología de política económica**. Cidade do México, UAM- Iztpalapa, 1997.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Tomo II. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. Caderno Metropolitano, maio, 2015.
- Gindin, S.; L. Panitch; **The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire**, London, 2012.
- GOWAN, P. *Global Gamble* New York: London: s. n., 1999.
- MANKIWI, N. G. **Macroeconomia**, Rio de Janeiro, Editora LTC, 6ª edição, 2008.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 137-180.
- MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
- MARINI, R. M. **O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARX, K. E ENGELS, F. **A IDEOLOGIA ALEMÃ**. [introd] Goronder. [Trad] Luis Claudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O capital**, crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATEO, J. P. Economía política de la crisis. In: MATEO, j. P. [org]. **Capitalismo en recesión: la crisis en el centro y la periferia de economía mundial**. Maia ediciones, Madrid, 2015.
- MATTEI. C. **A ordem do capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. [trad] Heci Candiani.- ed. – São Paulo: Boitempo, 2023.
- NAKATANI, P; MARQUES, R. **O capitalismo em crise**. 1ª edição. Expressão popular. São Paulo, 2020.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 103-133.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2ª edição expressão popular, 2019.

Panitch L.; Leys, C. **O novo desafio imperial**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: Servidão financeira e Estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

POULANTZAS. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS. F.L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**.- 2016, ed. Elefante, São Paulo, 2018.

TOOZE. A. **El diluvio: la gran guerra y la reconstrucción del orden mundial (1916-1931)**. [trad] Juan Rabasseda y Teófilo de Lozoya]. Editorial Planeta S. A. Barcelona, 2014.